

Carta aberta da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) de compromisso para a política pública de educação de jovens e adultos

A CNAEJA, instância consultiva e espaço de diálogo criada em 2003, é integrada atualmente por 32 representantes dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, organizações e movimentos da sociedade civil, e organismos internacionais, conforme Decreto 6.093/07. A Comissão reafirma seu compromisso com a construção coletiva de uma política pública para a educação de jovens e adultos enquanto direito de todos e todas à educação ao longo da vida.

Sabemos que a educação é um instrumento importante para a superação da pobreza e da iníqua distribuição de renda, terra e bens sociais. Sabemos que a educação é a base para uma cidadania mais ativa, informada e crítica. A educação é fundamental para uma mudança de paradigma na busca de um desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental mais justo. Sem educação, fica mais difícil o aumento da produtividade na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da distribuição equitativa dos frutos. Enfim, sabemos que a educação é um dos pilares para uma relação mais saudável entre os ambientes social e natural que determinam o futuro do nosso planeta.

A PNAD revela que o direito à educação ainda não chegou a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso à escola quando crianças ou a abandonaram por múltiplos motivos: a inacessibilidade, a inflexibilidade de horários, a necessidade de trabalhar, a chatice da rotina escolar. A legislação brasileira estabelece o direito de todos os brasileiros à educação básica. Entretanto, na chamada sociedade do conhecimento, em que o conhecimento é crescentemente entendido como a base para a economia, o Brasil ainda abriga mais de quatorze milhões de jovens e adultos acima de 15 anos de idade que não sabem ler e escrever. Além disso, há ainda mais 14 milhões de analfabetos funcionais, pessoas que não concluíram a quarta série do ensino fundamental. Assim, se adicionamos as mais de 30 milhões de pessoas jovens e adultas que não concluíram o ensino fundamental, chegamos a um total de 60 milhões que não acessaram o seu pleno direito a educação – tal cifra representa mais de 40% da população do Brasil acima de 15 anos. Assim, a demanda potencial para a EJA é de pelo menos 60 milhões de pessoas, sendo necessário aprimorar cada vez mais a oferta de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio.

Dentre os aspectos da política pública, essenciais para os anos que se seguem destacamos a necessidade de priorizar o reconhecimento à diversidade dos sujeitos e suas especificidades de aprendizagem, o financiamento, a formação inicial e continuada específica para a modalidade, as condições de trabalho, a integração da educação profissional, o acesso ao livro e incentivo à leitura, a produção de material didático específico, a intersetorialidade, e a mobilização e controle social, utilizando a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos como estratégia política.

Partindo do entendimento que a abrangência da EJA extrapola o campo de atuação do Ministério da Educação, uma ação integrada e articulada do Governo Federal faz-se necessária no sentido de:

- ter a Casa Civil como espaço político estratégico de integração de ações de EJA, no esforço de superar cada vez mais a fragmentação;
- propor à Casa Civil pautar os diferentes Ministérios para a construção de uma política integrada de EJA, subsidiada pela CNAEJA, visando uma ação interministerial cada vez mais articulada;
- ampliar a articulação do conjunto dos programas sociais para potencializar as ações de EJA;
- garantir que a EJA seja pautada nas discussões e ações do regime de colaboração entre a União, estados, municípios e o Distrito Federal;
- fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos para definir compromissos com os governos estaduais e municipais, principais executores da política de educação de jovens e adultos;
- propor a ampliação e renovação do pacto presidencial pela alfabetização de jovens e adultos, hoje firmado com os Estados da Amazônia Legal e do Nordeste, à luz da Agenda Territorial.

Esta Comissão reafirma que o MEC é espaço fundamental para consolidar esta política, mas é urgente a interface com os Ministérios que desenvolvem políticas articuladas e/ou complementares, como estratégia para assegurar o direito dos sujeitos à educação de jovens e adultos, na perspectiva da formação humana e da educação ao longo da vida.

Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Brasília, 03 dezembro de 2010.